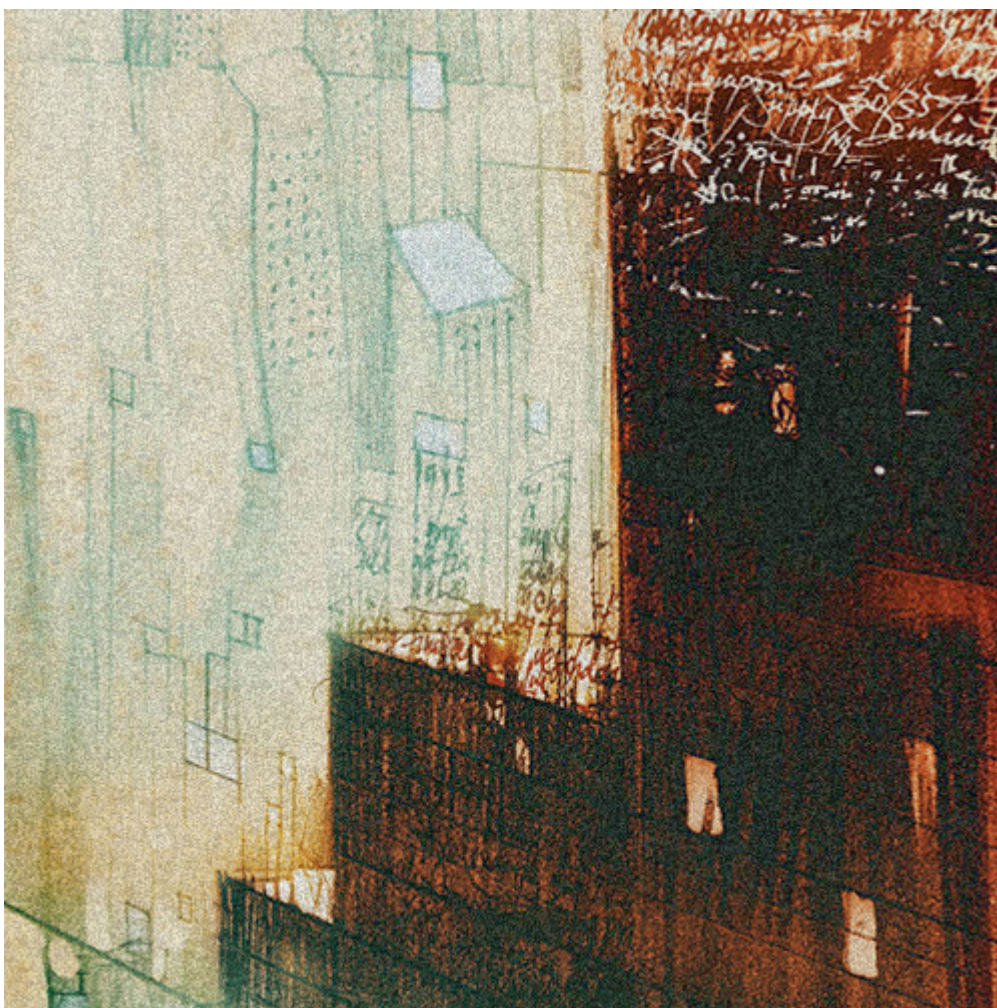


A potência das manifestações de rua

 blogdaboitempo.com.br/2013/07/10/a-potencia-das-manifestacoes-de-rua

10 de julho de 2013



Por Ricardo Musse.

As recentes manifestações de rua que, a partir de São Paulo e Porto Alegre, disseminaram-se pelas principais cidades do país, apesar da pluralidade de sua pauta de reivindicações, emitiram um recado claro e convergente: a insatisfação popular com o atual sistema político.

O descrédito em relação aos políticos e ao desempenho dos três poderes deriva de uma construção ideológica, mas também se assenta em uma situação efetiva. A mídia tradicional (jornais, rádio e televisão) criou uma imagem fantasiosa do agente político, associando-o invariavelmente à corrupção e à ausência de empenho e trabalho. Esse esforço coordenado atende a dois interesses principais: cacifar-se como instância primordial da cena pública e deslegitimar a vida política, abrindo caminho para soluções autoritárias.

Essa visão ganhou adeptos e repercussão, constituindo-se como um falso senso comum, em parte porque fornece uma explicação (ainda que simplória) a um sentimento objetivo. Há uma percepção generalizada de que as demandas dos diferentes grupos sociais não estão sendo atendidas pelas instâncias e organizações políticas, que os políticos tendem a agir como membros de um estamento fechado e estão mais sintonizados com os interesses dos financiadores de suas campanhas do que com as prioridades vocalizadas pela população.

O recurso às demonstrações massivas, à ação direta, emergiu como uma reação ao engessamento do sistema político, à integração dos quadros do PT (constituído conscientemente como uma alternativa à política tradicional) ao estamento, à paralisia decorrente das negociações típicas dos “governos de coalização”. A potência e a legitimidade das manifestações, o apoio e o entusiasmo popular que suscitaram, derivam diretamente dessa situação objetiva.

As pesquisas, feitas regularmente, sobre a credibilidade das instituições políticas mostram uma reviravolta impressionante. A avaliação positiva durante o último ano do governo Lula cedeu lugar a uma progressiva rejeição dessas instituições, modificação medida muito antes das manifestações das últimas semanas. Atribuo essa inversão à conjugação de dois fatores: a persistência da crise econômica iniciada em 2007 e a inflexão econômica ensaiada pelo governo de Dilma Rousseff.

A crise atingiu proporções mundiais, adquirindo feições mais agudas na Europa e no Oriente Médio, como comprovam os números do desemprego e a intensificação dos protestos. No Brasil, apesar das expectativas criadas pelo desempenho da economia no último ano do mandato de Lula, a crise afetou poderosamente a indústria. A principal medida encaminhada pelo governo para incentivar a produção industrial – a desvalorização cambial – gerou um incremento nos preços dos alimentos (no mundo globalizado, tornados commodities). Ampliou-se sobremaneira o caos urbano. A barbárie, inerente ao capitalismo, tornou-se cada dia mais presente no cotidiano das pessoas, rotinizando uma violência inaudita e estarrecidora. Intensificou-se o sofrimento individual e coletivo, sintomas visíveis na epidemia de depressão e no incremento do número de usuários e dependentes de drogas.

Diante da crise, o atual governo orientou a política econômica numa direção que se revelou inadequada e contraproducente. Alardeou metas superestimadas de crescimento (no momento em que até a China coloca o pé no freio). Para tentar cumpri-las adotou uma série de medidas que apontam para uma tentativa de ressurreição do finado nacional-desenvolvimentismo, com seus subsídios diretos e indiretos para o grande capital. Resgatou até mesmo suas prioridades equivocadas, privilegiando a indústria automobilística, as grandes empreiteiras e adicionando aos monopólios oriundos da privatização dos serviços públicos novos monopólios privados impulsionados por créditos subsidiados do BNDES. Essa orientação, a disposição em atender prioritariamente à agenda da FIESP, acirrou a disputa pelos fundos públicos.

Convém ressaltar que se trata de uma alteração profunda em relação à política incrementada pelo governo anterior. O motor do crescimento no período Lula foi a redução das desigualdades, uma dinâmica de ampliação contínua da renda e do crédito que alterou a escala do mercado interno. O atual governo seguiu o mantra entoado pelos jornalistas e economistas porta-vozes do “partido da indústria”. Segundo eles, o crédito atingiu seu limite e, por conseguinte, um novo ciclo de crescimento exigiria um aumento exponencial dos investimentos. Propõem assim tão somente que o dinheiro recolhido nos impostos retorne diretamente para o capital.

Nesse contexto, as passeatas que reivindicavam uma questão localizada, a revogação do aumento das tarifas de transporte público em São Paulo e Porto Alegre, passaram a simbolizar uma demanda mais geral. A truculência da PM, uma herança persistente da ditadura, redirecionou a luta para a defesa do direito constitucional de reunião. Conquistado o direito à livre manifestação, os protestos tornaram-se o palco por excelência do conflito distributivo, trazendo ao primeiro plano o enfrentamento entre as classes, embotado na década anterior.

A exigência de saúde, educação e transporte públicos gratuitos e de qualidade, a luta por direitos sociais, atestam a emergência de novos movimentos, resultante da desconfiança ante à capacidade do sistema político em fornecer – para além da retórica eleitoral – respostas a essas questões. Mas também confrontam dois modos bem distintos de utilização dos fundos públicos: o do atual modelo inspirado nas políticas do nacional-desenvolvimentismo e o do embrião do Estado de bem-estar social, ensaiado nos dois governos de Luis Inácio Lula da Silva.

O esforço para impedir que as manifestações sejam dominadas por grupos organizados de direita e pelas pautas da mídia tradicional está forjando a sempre almejada frente das esquerdas. Tudo indica que a ação dessa frente irá se guiar pela compreensão de que as palavras de ordem e o sentimento das ruas estão em sintonia com suas demandas históricas. Se não titubermos, a potência das manifestações tende a politizar cada vez mais a população, empurrando o país para a esquerda.

Sobre as manifestações de junho, leia no Blog da Boitempo:

Problemas no Paraíso, por **Slavoj Žižek**

A primavera brasileira: que flores florescerão? por **Carlos Eduardo Martins**

As manifestações, o discurso da paz e a doutrina de segurança nacional, por **Edson Teles**

O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação, por **Marilena Chaui**

A criação do mundo revisitada, de **Izaías Almada**

Tarifa zero e mobilização popular e O futuro que passou, de Paulo Arantes

Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita e avançar a luta socialista, de Mauro Iasi

A classe média vai ao protesto e A classe média vai ao protesto (II), por Pedro Rocha de Oliveira

A direita nos protestos, por Urariano Mota

A revolta do precariado, por Giovanni Alves

O sapo Gonzalo em: todos para as ruas, de Luiz Bernardo Pericás

A guerra dos panos e Técnicas para a fabricação de um novo engodo, quando o antigo pifa, por Silvia Viana

Fim da letargia, por Ricardo Antunes

Entre a fadiga e a revolta: uma nova conjuntura e Levantem as bandeiras, de Ruy Braga

Proposta concreta, por Vladimir Safatle

Anatomia do Movimento Passe Livre e A Guerra Civil na França escritos por Lincoln Secco

Esquerda e direita no espectro do pacto de silêncio e Motivos econômicos para o transporte público gratuito, por João Alexandre Peschanski

Ricardo Musse é professor no departamento de sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Doutor em filosofia pela USP (1998) e mestre em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992). Atualmente, integra o Laboratório de Estudos Marxistas da USP (LEMARX-USP) e colabora para a revista *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, publicação da Boitempo Editorial. Colabora para o **Blog da Boitempo** mensalmente, às sextas.